

ALIANÇA PARA O PROGRESSO E ELITE ORGÂNICA: o papel da empresa privada no governo John F. Kennedy (1961-1963)

MARTINA SPOHR

Introdução

Os anos 1960 foram marcadamente diferentes na política norte-americana para a América Latina. O *turning point* para a mudança desta política está localizado na Revolução Cubana (1959) e, posteriormente, no ano de 1961, na declaração do regime então implementado como comunista. O primeiro grande plano de ajuda externa norte-americana no pós Segunda Guerra Mundial foi o Plano Marshall, desenvolvido para auxiliar a Europa devastada do pós Guerra, tinha foco e preocupação direcionados ao “velho continente”. Após a guinada cubana, a política externa norte-americana ganha outro expressivo plano de ajuda externa, tendo como bola da vez a América Latina, agora intimamente “ameaçada” pela expansão do comunismo. É neste contexto geral que a Aliança para o Progresso é lançada no ano de 1961, na reunião da Organização dos Estados Americanos ocorrida em Punta del Este, Uruguai, como veremos mais à frente.

O contexto internacional de polarização política entre os países capitalistas liderados pelos Estados Unidos e os países socialistas liderados pela União Soviética promoveu uma mudança efetiva nas relações das classes dominantes internacionais. Promovida pela disputa presente na Guerra Fria e pela ameaça ao capitalismo como sistema de produção, possibilitou o surgimento de uma dinâmica internacionalizada de conformação de intenções políticas do empresariado.

O aprofundamento das relações capitalistas dos Estados Unidos com países da América Latina, por exemplo, em busca de uma consolidação político-econômico-financeira do bloco do capital fez com que parte da classe dominante destes países, e em nosso caso especificamente grande parcela do empresariado com interesses transnacionais, buscasse uma união ideológica e política de interesses diante do contexto da Guerra Fria.

Além das questões específicas relacionadas à conjuntura econômica, vemos também a funcionalidade do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) para as necessidades de expansão de capital. A dimensão do bem-estar, pautado por políticas do compromisso do pleno emprego e do crescimento econômico, gera um aumento dos gastos do Estado.

A conscientização do empresariado de que seu papel político ganhou um novo olhar dentro do contexto internacional de disputa de poder entre blocos de estados é parte deste processo. O

movimento observado dentro deste contexto é o de busca pela união de interesses em prol da defesa de um capitalismo universalizado e pautado no liberalismo econômico, com diminuição cada vez mais acentuada da intervenção estatal.

A ampliação da dinâmica do capital privado enquanto verdadeira força motriz das sociedades “alinhas” ao capitalismo norte-americano possibilitou o aumento desta conscientização de classe. Em sua vasta pesquisa, Dreifuss¹ nos mostra de maneira brilhante como esta migração dos elementos classistas empresariais foi possível. A movimentação de um grupo de empresários organizados na sociedade civil para a ocupação de postos na sociedade política em diversos países como os Estados Unidos e o Brasil demonstra bastante a forma como podemos compreender esta movimentação de importantes parcelas da classe dominante.

Da sociedade civil à sociedade política: conceituação e movimentação da elite orgânica

É de extrema importância para esta compreensão indicar nossa interpretação dos conceitos de sociedade civil e sociedade política. Partimos dos pressupostos apontados por Antonio Gramsci (GRAMSCI: 2006 a). Desta maneira, estamos falando de uma sociedade complexa, a norte-americana, e que deve ser entendida a partir da perspectiva gramsciana de Estado ampliado. Ao falar em sociedade, entendemos que o conceito de sociedade civil cunhado pelo senso comum e por muitos analistas sociais das áreas de pesquisa de temas correlatos não dá conta das especificidades existentes em sociedades complexas. Entendemos também ser um equívoco descolar a compreensão de sociedade civil de uma compreensão do conceito de Estado, tratado muitas vezes de maneira personificada, como algo que fala por si próprio. E é desta forma que utilizaremos o conceito. Estado para Gramsci é composto dinamicamente por duas esferas: a sociedade civil e a sociedade política.

É importante ressaltar a peculiaridade da noção de Estado para Gramsci. O autor propõe uma visão mais ampla da noção de Estado, e é particularmente isso que nos interessa. Para Gramsci, o Estado é visto como uma relação social e não como um sujeito ou um objeto. Partindo disso propõe uma visão triádica desta relação. O primeiro ponto se refere à infraestrutura – estrutura econômica, que envolve as relações de produção e trabalho. Em seguida a sociedade civil, um dos

¹ Nos referimos aqui à tese de Doutorado de René Dreifuss de 1986 e publicada em livro. (DREIFUSS, 2006).

planos superestruturais, que organiza os indivíduos em aparelhos privados de hegemonia², e por último a sociedade política ou Estado no seu sentido estrito, segundo plano superestrutural.

A partir disso citamos a fórmula proposta por Gramsci:

*[...] uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que **Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção**). (GRAMSCI, 2006 a: p. 244).*

A sociedade política e a sociedade civil são vistas como uma relação dialética, como momentos distintos, combinando identidade e oposição. Devemos ter em mente, no âmbito analítico, que a noção gramsciana de Estado apresenta uma distinção entendida pelo próprio autor como metodológica, e não orgânica.

A partir deste breve resumo sobre a noção de Estado ampliado em Gramsci podemos nos deter na análise do conceito de sociedade civil. Esta é vista como um duplo espaço da luta de classes na medida em que reflete as lutas internas e externas às mesmas. Destacamos o resumo trazido por Virgínia Fontes:

Em Gramsci, o conceito de sociedade civil procura dar conta dos fundamentos da produção social, da organização das vontades coletivas e de sua conversão em aceitação da dominação, através do Estado. O fulcro do conceito gramsciano de sociedade civil – e dos aparelhos privados de hegemonia – remete para a organização (produção coletiva) de visões de mundo, da consciência social, de formas de ser adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia) ou, ao contrário, capazes de opor-se resolutamente a este terreno dos interesses (corporativo), em direção a uma sociedade igualitária (‘regulada’) na qual a eticidade prevaleceria (o momento ético-político da contra-hegemonia). Não há oposição entre sociedade civil e Estado, em Gramsci. (FONTES, 2006, pp. 201-240).³

² Utilizamos a definição de aparelho privado de hegemonia resumida por Carlos Nelson Coutinho: [...] “são organismos sociais ‘privados’, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito [no contexto, portanto, de sua configuração *ampliada*, isto é, sociedade política + sociedade civil, possível nas conformações sociais do tipo “ocidental” — FF]; mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo ‘privado’ entre aspas, querendo com isso significar que — apesar desse seu caráter voluntário ou ‘contratual’ — eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade.” (COUTINHO., 1994, p. 54-5).

³ Retiramos as citações de texto fornecido pela autora que reproduz o capítulo mencionado. Neste texto o trecho citado se encontra na p. 7. As seguintes citações desta referência seguirão a numeração mencionada nesta nota. Grifos da autora.

Observamos nos Estados Unidos, principalmente dentro das áreas responsáveis pela política externa norte-americana, um grande número de empresários ocupando postos chave na sociedade política. O conceito de sociedade política vem complementar o debate apresentado para que a ideia de Estado ampliado de Gramsci seja utilizada. A sociedade política consiste na ocupação de postos nas altas esferas do Estado, dentro de um sistema de governo. Estamos trabalhando com um conceito especificamente definido e adjetivado: elite orgânica. Elite formada por intelectuais orgânicos provenientes, em nossa análise, da classe dominante. “Nossa” elite orgânica, diferentemente da elite de Pareto e Mosca, não necessariamente pertence ao grupo dirigente do Estado, ao grupo que compõe a sociedade política.⁴ Porém, pode ocupar postos nesta esfera, bem como permanecer atuando na sociedade civil.

Em nossa compreensão, a teoria das elites diminui sobremaneira a importância coletiva de classe dentro da dinâmica da sociedade política. Como veremos ao longo deste estudo, na maioria dos casos, a elite atuante, aquela que se coloca à frente do processo de luta de classes, na maioria das vezes está inserida na sociedade civil, buscando também – mas não somente – assumir postos de relevância que atendam aos seus interesses de classe na sociedade política.

Desta maneira, defendemos a ideia de que a elite orgânica é estruturada nestas problemáticas político-ideologicamente e não somente ocupando postos eletivos, oficiais, do Estado.

Portanto, o crescimento e a dinamização da atuação dos intelectuais orgânicos que compõem a elite orgânica é o esteio de nossa interpretação. Independentemente do grau de desenvolvimento capitalista – seja originário, tardio, hipertardio -, sempre haverá uma classe dominante, sempre haverá uma intelectualidade orgânica. A composição dela muda conforme as peculiaridades de cada sociedade. E o empresariado tem lugar de destaque nestas sociedades:

Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa. (GRAMSCI, 2006 b: p.15-16)

A conscientização de classe perpassa toda a nossa compreensão. Não seria possível trabalhar com o conceito de elite orgânica transnacional caso essa consciência de classe não estivesse

⁴ Debate sobre as teorias de Pareto e Mosca não cabem no escopo deste trabalho.

amadurecida o bastante. O fato é que, mesmo com as questões internas e a falta de homogeneidade inerente à formação de classes, uma parte desta, aquela mais “consciente” de seu papel de classe tomou os rumos do contexto político.

Quando falamos em classe falamos também de sua constituição, de sua posição política, ideológica, social e sobretudo das características de seus porta-vozes. Esses porta-vozes serão chamados aqui de intelectuais orgânicos, conceito gramsciano de grande valia para a interpretação da formação de sociedades de classe.

Todo grupo social, nascendo do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito e etc., etc. (GRAMSCI, 2006 a: p. 15)

O que seria então a intelectualidade orgânica? Estamos falando aqui de representantes ligados organicamente, intimamente, inerentemente às classes as quais pertencem. Este tipo de intelectual conforma diferentes e importantes características. O grupo de intelectuais orgânicos de uma dada classe constitui conseqüentemente, segundo Dreifuss, a elite orgânica da mesma.

Mas vamos por partes. Façamos uma análise breve sobre quem são os intelectuais orgânicos dos quais vamos tratar. Podemos começar caracterizando estes intelectuais orgânicos como representantes dos interesses de frações das classes dominantes. Longe de ser uma influência baseada em elementos econômicos e financeiros, a intelectualidade orgânica promove uma influência política, social e cultural bastante forte dentro de seus países. Não são somente os empresários que constituem a elite orgânica de um dado país, de uma dada classe. Dentro deste universo encontramos políticos, escritores, artistas e diferentes categorias sociais que, através da conjugação de interesses de classe, permitidos justamente pela existência de uma consciência de classe formam o que aqui chamamos de elite orgânica. A consciência de classe pode ser explicitada pela perspectiva de Gramsci.

Segundo sua proposta de interpretação, a consciência de classe se constitui a partir de três momentos das relações de força existentes na sociedade civil. O primeiro deles é o momento da relação de forças ligadas estreitamente à estrutura objetiva, independente da vontade dos homens. A segunda, e mais importante em nosso debate, é o momento da relação de forças políticas. A terceira

é o momento da relação das forças militares. Para o nosso estudo, interessa especificamente o segundo momento. Neste, deve ser observado, segundo Gramsci “a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais.” (GRAMSCI, 2006 b: p. 40-41) É também aqui que encontramos sua categorização sobre a consciência de classe.

Para o autor existem ao menos três graus de consciência política coletiva. O primeiro grau dá conta dos grupos profissionais se reconhecendo apenas pelos seus interesses corporativos em comum. É chamado por Gramsci de econômico-corporativo, tratando de uma unidade de um grupo profissional e não ainda do grupo social. O segundo grau é aquele onde se atinge a etapa da consciência da solidariedade de interesses entre os membros do mesmo grupo social. O terceiro grau, fase denominada como mais estritamente política por Gramsci, se encaixa perfeitamente aos termos do que estamos considerando como uma consciência de uma classe:

Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação entre delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. (GRAMSCI, 2006 b: p. 41).

A partir do momento em que esta parcela da classe dominante a qual estamos chamando de elite orgânica, baseada na conceituação de Dreifuss, atinge o grau de consciência apontado por Gramsci no terceiro momento, podemos falar de uma consciência de classe.

Os intelectuais orgânicos componentes desta elite se movem sobremaneira em busca de seu lugar efetivo dentro da sociedade política. Compreendemos que este movimento, de conscientização da classe enquanto classe e da ampliação da noção de atuação e representação política movida da esfera da sociedade civil para a esfera da sociedade política é crucial para o entendimento deste movimento dos representantes do capital multinacional e associado.

É justamente nesta dinâmica que se insere o empresariado norte-americano dos anos 1960. Buscando assumir cada vez mais a condução e a definição das políticas públicas inerentes à atuação do capital privado na América Latina, passam a se movimentar e a ocupar importantes postos na sociedade política norte-americana.

O governo John F. Kennedy e a liderança empresarial nos Estados Unidos

O contexto político mais específico dos Estados Unidos no início dos anos 1960 é marcado pelo fortalecimento da candidatura de John F. Kennedy à presidência pelo Partido Democrata. O então jovem Senador pelo Estado de Massachusetts despontava como um dos principais nomes da política norte-americana. Articulado, carismático e herdeiro político de um clã cujo nome carregaria para a mais alta esfera de liderança política internacional, venceu nas plenárias de seu partido contra o candidato Lyndon Johnson, seu crítico e opositor, político mais velho e experiente, dado como favorito no início da corrida eleitoral. Porém, o jovem John F. Kennedy, apoiado em seu carisma e em suas propostas liberais e de enfrentamento democrático do jogo internacional sai na frente vencendo surpreendentemente as plenárias e se tornando o candidato à corrida presidencial no ano de 1960 contra Richard Nixon, candidato pelo Partido Republicano. Lyndon Johnson, por sua vez, foi convidado por Kennedy para aliar-se como candidato a vice-presidente. Apesar de sua reserva e de suas críticas ao jovem candidato, Johnson aceitou a proposta e foi assim formada a chapa do Partido Democrático.

A campanha contra Nixon, marcada pelos debates acalorados transmitidos ao vivo pela televisão norte-americana, gerou uma verdadeira divisão do país. Kennedy com sua retórica bem desenvolvida desde cedo, saiu vencedor de todos os debates e fortaleceu cada vez mais sua candidatura. Em 08 de novembro de 1960 foi então eleito, com 49,7% contra 49,5% dos votos e no Colégio Eleitoral com 303 contra os 219 votos, junto com Lyndon Johnson ao cargo de presidente dos Estados Unidos.

Após assumir a presidência, Kennedy se cercou de um staff marcado pelo pluralismo de tendências e formações. Seu principal conselheiro, Arthur Schlesinger Jr., era um historiador com vasta experiência em política internacional. Professor da Universidade de Harvard assumiu o cargo de assistente especial de Kennedy⁵. Schlesinger fora o responsável pelos discursos de Kennedy durante toda a campanha para a presidência em 1960. Uma das mais controversas indicações de

⁵ Arthur Schlesinger permaneceu como assistente especial da presidência no governo Lyndon Johnson.

Kennedy foi a nomeação de seu irmão, Robert F. Kennedy como *Attorney General*, cargo referente à liderança do Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Robert foi um dos principais porta-vozes de John durante a presidência. Kennedy nomeou para secretário de Estado Dean Rusk, que vinha de cargos relacionados à política externa norte-americana. Anteriormente havia sido diretor do escritório para assuntos relacionados às Nações Unidas do Departamento de Estado. Além de sua experiência na área diplomática, ocupou a presidência da Fundação Rockefeller entre os anos 1952 e 1960, saindo desta para ocupar um dos postos mais importantes dentro do governo norte-americano.

Kennedy escolheu o nome de alguns grandes intelectuais norte-americanos para ocupar os cargos de assistentes especiais do presidente. Dentre eles estava McGeorge Bundy, assistente especial para assuntos de segurança nacional. Bundy foi analista político do Council for Foreign Relations na década de 1950, Professor de Governança⁶ da Universidade de Harvard e assumiu após a saída do governo Kennedy a presidência da Fundação Ford. Ao seu lado como *Deputy Assistant* para assuntos de segurança nacional, estava Walt Rostow, professor de História da Economia do *Massachusetts Institute of Technology (MIT)* e da Universidade de Cambridge. Ocupou o posto no ano de 1961, passando a conselheiro e presidente do *Policy Planning Council* do Departamento de Estado. Em seguida, entre 1964 e 1966, tornou-se o representante norte-americano no Comitê Interamericano para a Aliança para o Progresso. Outro importante nome era o de Teodoro Moscoso, empresário atuante em Porto Rico, indicado em 1961 para embaixador na Venezuela, ficando no cargo até 1962. Depois disso, passou a assistente para assuntos latino-americanos da *Agency of International Development (AID)* acumulando a função também de coordenador da Aliança para o Progresso entre os anos de 1962 e 1964. Após sua saída do governo, foi presidente do Conselho da *Commonwealth Oil Refining Company* e administrador da *Economic Development Administration* de Porto Rico.

Douglas Dillon, nomeado para secretário do Tesouro, ocupou importantes cargos anteriores, sendo segundo-secretário de Estado entre 1959 e 1961. Foi também embaixador dos Estados Unidos na França entre 1953 e 1957. Posteriormente foi presidente do Conselho de Supervisores da Universidade de Harvard e presidente do conselho⁷ da Fundação Rockefeller (entre 1972 e 1975). Luther H. Hodges, secretário de Comércio, foi anteriormente governador da Carolina do Norte. Em seguida, assumiu a presidência do Rotary International. Para secretário de Defesa, John F. Kennedy

⁶ No original inglês: professor of Government.

⁷ No original inglês: chairman.

escolheu Robert McNamara, empresário e presidente da Ford Motor Company em 1960. McNamara ficou no cargo ao longo de todo o governo Kennedy sendo mantido por Lyndon Johnson em seu staff (1963-1969), enfrentando a Guerra do Vietnã. Entre 1968 e 1981 foi presidente do Banco Mundial. David Bell, indicado como diretor do *Bureau* do Orçamento em 1961, assumiu em 1962 o cargo de administrador da *Agency for International Development (AID)*. Em 1966, torna-se vice-presidente executivo da Fundação Ford. Outro importante intelectual, Walter Heller, professor da Universidade de Minnesota, que havia ocupado cargos de conselheiro econômico no governo deste Estado, assume o cargo de líder do *Council of Economic Advisers*, ligado diretamente ao *Executive Office of the President*, responsável por pesquisas empíricas e apresentação de relatórios econômicos internacionais para embasamento das decisões de Kennedy.

Nome	Representação na sociedade civil	Representação na sociedade política (governo John F. Kennedy)
Arthur Schlesinger Jr.	professor da Harvard University	Assistente Especial de John F. Kennedy
Dean Rusk	presidente da Fundação Rockefeller (1952-1960)	Secretário de Estado
McGeorge Bundy	Analista político do Council for Foreign Relations (anos 1950); professor da Harvard University; presidente da Fundação Ford (pós governo Kennedy, 1966-1979)	Assistente especial para assuntos de segurança nacional
Douglas Dillon	Presidente do Conselho da Fundação Rockefeller (1972-1975)	Secretário do Tesouro
Luther H. Hodges	Presidente do Rotary International (pós governo Kennedy)	Secretário de Comércio
Robert McNamara	Presidente da Ford Motor Company (1960)	Secretário de Defesa

Todo o alto staff de Kennedy possuía algum tipo de ligação com a iniciativa privada, como observamos na tabela acima. Alguns encabeçaram grandes empresas como a Ford Motors e muitos tiveram participação direta, antes ou depois de seus cargos entre os anos de seu governo, em

importantes organizações da sociedade civil representantes do pensamento dos homens de negócios e da elite orgânica norte-americana como o Council for Foreign Relations, o Rotary International, a Fundação Rockefeller e a Fundação Ford. Kennedy se cercou dos mais proeminentes intelectuais orgânicos dos Estados Unidos em seu governo.

Porém, no que diz respeito especificamente à Aliança para o Progresso, esse staff não foi suficientemente atuante em defesa dos interesses do grande capital norte-americano. Lançada em 1961 na reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), a Aliança possui um histórico inicial de ajuda intergovernamental, criticada e questionada pela elite orgânica norte-americana.

Sua origem previa a expansão das relações entre os Estados Unidos e os demais países da América Latina. Em seu documento de fundação encontramos os principais objetivos:

*A Aliança para o Progresso tem como objetivo unir todas as energias dos povos e governos das Repúblicas americanas, a fim de desenvolver um magno esforço cooperativo que acelere o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos participantes, para que consigam alcançar o máximo grau de bem-estar com iguais oportunidades para todos, em sociedades democráticas adaptadas aos seus próprios desejos e necessidades.*⁸

A preocupação com a manutenção de um regime político “democrático” fica evidente em todos os elementos propostos na carta. Porém, devemos compreender esta preocupação como uma estratégia adotada para o combate da Revolução Cubana, e não apenas com o objetivo de manutenção efetiva de regimes democráticos. No mesmo documento, encontramos a primeira justificativa geral, prevendo justamente o limite “democrático” para a execução dos objetivos propostos: “Que se levem a cabo, **de acordo com os princípios democráticos**, amplos e concebidos programas nacionais de desenvolvimento econômico e social, visando à obtenção de um crescimento autossuficiente.”⁹ A carta foi assinada pelos seguintes países: Honduras, Panamá, Haiti, Costa Rica, Estados Unidos, Uruguai, El Salvador, Chile, Nicarágua e Brasil. O representante de Cuba, Ernesto Che Guevara, se recusou a assinar o documento.

A entrada da Aliança nos países da América Latina foi marcada inicialmente por empréstimos concedidos aos países participantes, realizada de governo para governo. A injeção de dinheiro nestes países e as oportunidades de negócios geradas pela Aliança viraram alvo de

⁸ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Aliança para o Progresso*. Rio de Janeiro: OEA, 1961. p. 10. Grifo meu.

⁹ *Idem*, p. 12. Grifo meu.

constantes críticas de setores privados da economia norte-americana. As reivindicações tinham como base a busca pela entrada do capital privado norte-americano na Aliança. Além disso, as preocupações com a visão que as empresas norte-americanas tinham na América Latina eram pautas e justificativas de participação destes setores.

A preocupação com a América Latina foi organizada burocraticamente neste período, recebendo um estímulo importante com a criação do Comitê de Políticas para a América Latina (Latin American Policy Committee, ou LAPC), formado em 1962 para centralizar a ação política. A busca por um alinhamento efetivo dos principais países da América Latina aos Estados Unidos se tornou o cerne da política externa norte-americana. Dentro da ação pretendida pelo LAPC, estava incluída a ida de intelectuais latino-americanos para os Estados Unidos, permanecendo por lá por períodos mais longos.

Kennedy e seu staff continuavam a desenvolver o programa da Aliança, alvo de críticas e estudos empreendidos por esta elite orgânica no âmbito da sociedade civil, estabelecendo a cooperação de governo para governo, cumprindo o papel de política estatal e de fornecimento de empréstimos baseados nos cofres públicos da nação do norte.

A conduta do staff de Kennedy continuou desagradando tais setores que após um ano do programa buscaram uma inserção mais direta nos negócios da Aliança. É nesse momento que observamos um interessante movimento da elite orgânica representante dos interesses dos capitais norte-americanos. Esta elite orgânica, formada por importantes empresários norte-americanos, encontrou na Aliança o espaço que os mesmos precisavam para expandir seus negócios para os países da América Latina. A insatisfação deste setor unida à sua importância estrutural na economia norte-americana permitiu o desenvolvimento e a criação de um órgão, dentro da esfera da sociedade política dos Estados Unidos, voltado especificamente para o incremento e a entrada da empresa e do capital privado destes no programa da Aliança.

Foi quando no ano de 1962, sob a batuta e aprovação de Kennedy, se formou o Comitê Comercial da Aliança para o Progresso (Commerce Committee for Alliance for Progress – COMAP), situado dentro Departamento de Comércio dos Estados Unidos. Neste momento, o papel desta elite orgânica se institucionaliza, passando à esfera da sociedade política. Em documento de lançamento do COMAP para a imprensa encontramos a seguinte definição. “Em consulta ao Presidente e aos líderes-chave da administração, fica estabelecido o COMAP com o objetivo de

mobilizar o aumento da participação privada na Aliança em domínios como a habitação, processamento de alimentos, produtos químicos e fertilizantes e outras áreas-chave.”¹⁰

Anunciados pelo Secretário de Comércio Luther Hodges e liderados por Peter Grace, presidente da *W. R. Grace & Co.*, como presidente nacional do COMAP, e por J. Wilder Sundelson, assistente do vice-presidente da *International Ford Motor Company*, como coordenador das forças-tarefas, seus membros eram: William Blackie, presidente da *Caterpillar Tractor Company*; Dudley T. Colton, vice-presidente e gerente geral da *Johns-Manville International Corporation*; Thomas D. Cabot, presidente do Conselho da *Godfrey L. Cabot, Inc.*; Charles S. Dennison, vice-presidente, da *International Minerals & Chemical Corporation*; T.A. Campbell, vice-presidente, Negócios Latino-Americanos, *The Anaconda Company*; A. W. Elwood, vice-presidente sênior, operações internacionais, *Food Machinery and Chemical Corporation*; Emilio G. Collado, diretor da *Standard Oil Company of New Jersey*; Marshall Erdman, *Marshall Erdman Associates, Inc.*; Charles C. Mortimer, chairman *General Foods Corp.*; Fred C. Foy, presidente do Conselho da *Koppers Company, Inc.*; Peter R. Nehemkis, *Washington Counsel*.

O documento que funda os preceitos principais de atuação do COMAP e que demonstra efetivamente o que esses membros esperavam da Aliança chama-se “Propostas para incentivar o fluxo do investimento privado dos Estados Unidos para América Latina”. Trata-se do primeiro relatório apresentado a partir de estudos do COMAP, publicado em dezembro de 1962 e divulgado de maneira bastante ampla pelos seus membros. Neste extenso relatório, (163 páginas), é realizado um grande estudo. O documento é dividido em tópicos, tratando desde o papel do capital privado na Aliança para o Progresso – grande e principal bandeira do COMAP – passando por pontos específicos relacionados à relação entre empresários norte-americanos e latino-americanos em diferentes esferas, tanto econômicas como político-ideológicas.

Observamos a defesa do livre mercado e a preocupação bastante grande com a questão da segurança dos lugares tidos como promissores para os investimentos dos empresários norte-americanos na América Latina. Defende-se o aprofundamento do relacionamento com empresários latino-americanos representantes do capital privado.

¹⁰ Traduzido por mim, no original em inglês: “In consultation with the President and key administration leaders, the secretary established COMAP to mobilize increased private participation in the Alliance in such fields as housing, food-processing, chemicals and fertilizers and other key areas.” (Arquivo Jack N. Behrman, caixa 3, JFK Library, 04/05/1962).

Trata-se de alguns temas específicos, com análises país a país. Os temas principais giram em torno das questões relativas aos déficits orçamentários e da balança de pagamentos, a desvalorização da moeda em alguns países, a deterioração crônica das relações de comércio, a pequena disponibilidade de moeda local e o rigor de crédito, e o excesso de comprometimento em débitos estrangeiros, entre outros. Para o COMAP, os elementos que destroem a confiança do investidor passam por essas questões. Mas não somente. E destaca:

*A ameaça política do comunismo, com expropriações em massa, como foi o destino de investimentos privados em Cuba quando Castro assumiu, e o menos violento, mas igualmente incapacitante take-over de investimento americano por expropriação local como no caso do Brasil, são óbvios destruidores de confiança.*¹¹

O caráter da ameaça aos interesses privados dos Estados Unidos no Brasil aparece no documento relatando o caso da ITT, expropriada no Rio Grande do Sul pelo governador Leonel Brizola¹². Este episódio teve uma repercussão bastante grande nas esferas do governo Kennedy, sendo pauta do encontro entre Kennedy e Goulart em 1962.

O relatório inclui ainda o resultado de uma ampla pesquisa feita pelo COMAP com os empresários latino-americanos. Nela, apontam-se as principais preocupações dos empresários latino-americanos:

Em cada cidade, verificou-se que a principal preocupação destes homens, que a equipe de pesquisa constatou ser prospectiva, patriótica e progressista, foi o fato de que a filosofia da Aliança, como eles compreenderam isso, baseou-se em assistência entre governos, em detrimento da participação dos empresários privados latino-americanos. [...] A equipe de pesquisa do COMAP encontrou os jovens homens de negócio da América Latina ansiosos para ajudar o sucesso da Aliança para o Progresso, porém intrigados com o que eles consideravam como uma tendência a "ideias socialistas de exportação para a América

¹¹ Tradução minha, do original em inglês: "The political menace of Communism , with massive expropriations such as was the fate of private investments in Cuba when Castro took over, and the less violent but nevertheless equally crippling take-over of American investment by local expropriation as in the case of Brazil, are obvious destroyers of confidence." (Arquivo Jack N. Behrman, Caixa 3, 04/01/1963).

¹² A ITT foi uma das empresas atingidas pela encampação dos serviços telefônicos por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul em 1962. Este movimento gerou um grande mal-estar entre Goulart e Kennedy. O presidente norte-americano exigiu em encontro com o colega brasileiro em Washington em abril de 1962 que o governo brasileiro se comprometesse com a compra das empresas de utilidade pública pertencentes a grupos econômicos norte-americanos. A contrapartida seria a de que os grupos norte-americanos aplicassem as indenizações em outros ramos da indústria brasileira." (BANDEIRA, 1977. p. 579).

Latina", quando para eles parecia claro que a empresa privada tinha a chave para o desenvolvimento nacional.¹³

Desta maneira, o empresariado norte-americano representado pelo COMAP buscava, através de seu posicionamento no interior da sociedade política norte-americana, influenciar os rumos dos negócios da Aliança para o Progresso, incluindo fortemente a participação da iniciativa privada em seus negócios. Além do COMAP, algumas outras iniciativas demonstram a organização do empresariado norte-americano. No âmbito da sociedade civil, mas apoiado fortemente pelo presidente Kennedy, surgem alguns movimentos que demonstram bastante a importância e a inserção desta elite orgânica nos negócios e na influência política na América Latina.

Com isso, em novembro de 1963, surge um novo órgão empresarial: o Business Group for Latin American (Comitê de Negócios para a América Latina, ou BGLA na sigla em inglês), liderado por David Rockefeller e apoiado pelo presidente Kennedy. A partir deste momento, o COMAP seria desfeito e o BGLA se tornaria o “[...] único grupo de homens de negócios com o qual as agências norte-americanas poderiam consultar sobre questões políticas envolvendo interesses de empresas norte-americanas na América Latina.” (SILVA, 2008: p. 96) A formação do BGLA partiu do encontro entre David Rockefeller e John F. Kennedy. Robert Kennedy, irmão do presidente, havia integrado o grupo em programas da Central Intelligence Agency (CIA). Em contrapartida, John F. Kennedy teria prometido atender às demandas de Rockefeller garantindo incentivos quanto a qualquer investimento futuro na América Latina.¹⁴ As principais associações de classe norte-americanas que atuavam na América Latina na década de 1960 são a American of Economic Foundation (AEF), o Committe of Enterprises for the Alliance for Progress, o Latin American Information Committe (LAIC), o Business Group for Latin America (BGLA), o Committe of Economic Development (CED) e a Foudation for Economic Education. Segundo Dreifuss:

Os empresários americanos, agindo juntamente com seu governo, tentavam influenciar e mobilizar a comunidade de empresários locais, bem como outros grupos ativos, ou

¹³ Tradução minha, do original em inglês: “In every city it was found that the principal concern of these men, whom the survey team found to be forward looking, patriotic and progressive, was the fact that the Alliance’s philosophy, as they understood it, was based on government-to-government assistance rather than on the encouragement of the private enterprisers of Latin America. [...] The COMAP survey team found the younger business leaders of Latin America anxious to help the Alliance for Progress succeed but puzzled by what they regarded as a tendency to “export socialistic ideas to Latin America” when it seemed clear to them that private enterprise held the key to sound national development.” (Arquivo Jack N. Behrman, Caixa 3, 04/01/1963).

¹⁴ *Idem.*, p. 131. Estas informações foram fornecidas a Dreifuss (2006) a partir de uma entrevista com o ex-embaixador americano no Chile, Edward Korry, e têm relevância evidente na construção da rede que estamos analisando.

potencialmente ativos, dentro do processo político brasileiro. Essa mobilização foi realizada principalmente através de associações de classe nos Estados Unidos, tais como a American Economic Foundation – AEF, o Committee of Enterprises for the Alliance for Progress, o Latin American Information Committee – LAIC, o Business Group for Latin America – BGLA, o Committee of Economic Development – CED (que fazia o lobbying da comunidade empresarial sediada no Rio) e a Foundation for Economic Education (que influenciou a comunidade empresarial sediada em São Paulo). O LAIC, o CED e o BGLA fundiram-se em 1964/1965 sob o nome de Council of the Americas, que se tornou mais tarde o CLA – Council for Latin America, sob os auspícios de David Rockefeller. (DREIFUSS, 2006: p. 110).

Apesar do apoio de John F. Kennedy, os estrategistas da AID e da Casa Branca tomaram cuidado com a divulgação do teor da correspondência trocada entre John F. Kennedy e Rockefeller a fim de deixar claro que o BGLA, apesar de muito bem-vindo, partiu de uma iniciativa da comunidade empresarial e não do governo dos Estados Unidos, mantendo a Aliança para o Progresso como um programa do governo norte-americano e não dos empresários que compunham o órgão. Para Silva, esta posição do empresariado norte-americano de busca pela estabilidade política para a manutenção de seus interesses privados não causou constrangimentos maiores em meio aos defensores da Aliança. “Pelo contrário, o próprio presidente Kennedy, ao lado de alguns de seus mais importantes estrategistas, como McGeorge Bundy, Ralph Dungan e David Bell, apoiou entusiasticamente uma postura de barganha com este grupo de empresários.” (SILVA, 2008: p. 99).

Parker (PARKER, 1977) destaca a formação do Business Group for Latin America (BGLA), citando uma carta escrita pelo presidente Kennedy a David Rockefeller dois dias antes de seu assassinato:

Dois dias antes de sua morte, Kennedy escrevera a David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan Bank, o qual, juntamente com outros homens de negócios representantes de empresas com grandes interesses na América Latina formara o Business Group for Latin America (BGLA) – Grupo Empresarial para a América Latina. Uma das finalidades desse grupo era facilitar a comunicação entre os ramos do Governo e a comunidade empresarial. Kennedy designara David Bell para coordenar as relações governamentais com o BGLA. Lyndon Johnson participou de uma reunião com o BGLA, em meados de 1964, e explicou: “Quero aproveitar esta oportunidade para reafirmar o importante papel da empresa privada em desempenhar na ajuda para a consecução das metas da Aliança para o Progresso” (PARKER, 1977: p. 79).

Sobre o BGLA, Dreifuss nos traz informações bastante relevantes.

Segundo o ex-embaixador americano no Chile, Edward Korry, quando o presidente Kennedy e David Rockefeller participaram, em 1963, de uma reunião do Harvard University Board of Overseas, o Presidente Kennedy persuadiu David Rockefeller a organizar uma grande empresa americana na cruzada anti-Castro. David Rockefeller recrutou então trinta e sete multinacionais de destaque, formando o Business Group for Latin America. Robert Kennedy, procurador geral dos Estados Unidos, integrou o BGLA em programas da CIA. Para melhor persuadir David Rockefeller, o Presidente Kennedy prometeu atender suas demandas de garantia quanto a qualquer investimento futuro na América Latina. [...] Em 1965, o BGLA se estendeu formando o Council for Latin America – CLA, uma vez mais dirigido por David Rockefeller e representando cerca de 224 corporações. (DREIFUSS, 2006: p. 131).

A articulação entre essas organizações mostra uma interessante organização do empresariado internacional. A ligação de organizações norte-americanas e latino-americanas é evidenciada pela proximidade entre o LAIC, o CED e o IPES¹⁵. As primeiras davam coordenação internacional e apoio logístico ao IPES e a organizações congêneres. Esta relação aparece na correspondência trocada entre Alfred C. Neal e Gilbert Huber Jr. (este último, um norte-americano que atuava como empresário no Brasil e era importante membro do IPES) em que o primeiro oferece uma “operação CED de apoio” ao Instituto, fornecendo uma lista de vinte e seis pessoas de destaque a serem contatadas, dentre elas Paulo Ayres Filho.

Alguns líderes eram contatos do IPES com o CED e com a AEF. O LAIC, sediado em Nova York, patrocinado e bancado por corporações dos Estados Unidos, financiava certos grupos proporcionando assim um grau de coordenação internacional. Patrocinou ao menos duas reuniões destes grupos em Nassau (“paraíso fiscal” caribenho localizado nas ilhas Bahamas) nos anos de 1962 e 1963, nas quais membros do IPES estiveram presentes.

A relação destes grupos norte-americanos, detentores de entrada efetiva nos mais altos postos do governo Kennedy, com organismos brasileiros como o IPES é crucial para a compreensão da dinâmica político-empresarial no período. Trata-se, essencialmente, de uma das principais

¹⁵ O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) foi fundado em novembro de 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros. O IPES, segundo seus fundadores, era uma agremiação partidária com objetivos educacionais e cívicos. Diziam que sua ação era pautada pelo ponto de vista de um tecnopresário liberal. A defesa da fortificação do regime democrático¹⁵ era uma das principais justificativas para a ação ideológica adotada pelo IPES. O Instituto reunia elementos de diversas formações ideológicas.

vertentes de construção do agente político que contribuiria com eficácia para o aprofundamento da crise e a derrubada do presidente João Goulart em 1964.

Bibliografia

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1973. p. 405

COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994, p. 54-5.

DREIFUSS, René Armand. *1964 a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.

_____. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

FONTES, Virgínia. A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980 In: NEVES, Lúcia M. W.; LIMA, Julio C. F. (org.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, pp. 201-240.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 a. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 b. v. 3.

PARKER, Phylis. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.



SILVA, Vicente Gil. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado. 2008.